

HISTÓRIA DOS GRUPOS POLÍTICOS DO CONGRAÇAMENTO DE SÃO PAULO

Por Guy Almeida Andrade*

Esta História dos Grupos Políticos de São Paulo decorre de conversas com a colega Angela Zechineli Alonso, que acredita que a história precisa ser conhecida, compreendida e valorizada. Atendendo a seu pedido, me debrucei sobre o assunto

Este texto é fruto de conversas com Hilário Franco, Arthur Magalhães Andrade, José Rojo Alonso, Elso Raimondi, Luiz Bertasi Filho e Zoilo de Souza Assis. Também consultei os livros memorialísticos “50 anos de Contabilidade de Francisco D’Áuria” e também “Hilário Franco: 50 anos de Contabilidade”, de autoria do próprio. Ainda foram consultados os livros comemorativos “Sescon SP 55 anos: história, realizações e Conquistas”, “Sindcont-SP 90 anos: tradição e modernidade”, “100 anos do Sindcont-SP: a história do Brasil” sob o olhar da contabilidade” e “Auditoria: registros de uma profissão”, do Ibracon. Consultei, ainda, várias edições do Mensário do Contabilista, antiga publicação mensal do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo.

Importante destacar, que a Angela pesquisou os Diários de seu pai, José Rojo Alonso, que relata alguns dos fatos importantes da época de formação dos Grupos Políticos e que foram aqui incluídos.

Finalmente, esta escrita também se baseia na minha vivência pessoal e nos fatos que testemunhei ao longo de meu envolvimento com a vida dos Grupos Políticos de São Paulo e das próprias entidades em que atuei. Qualquer equívoco é de minha exclusiva responsabilidade.

1. O COMEÇO DE TUDO

As entidades profissionais de São Paulo têm sua semente plantada em 1919, quando da fundação do Instituto Paulista de Contabilidade (IPC), tendo à frente Francisco D’Áuria, José Mascarenhas, Gilberto Paulo Mello Nóbrega, Fernando Herescak, Frederico Hermann Júnior, Aristides de Macedo Filho, Luiz Seráfico Júnior e Mário Pligler. Era naquela entidade que se reuniam os profissionais que atuavam na incipiente atividade da contabilidade. O antigo Instituto Paulista de Contabilidade congregava todos os contabilistas de São Paulo.

A transformação, em 1940, do IPC para Sindicato dos Contabilistas de São Paulo decorreu da evolução da profissão e da fusão com o Sindicato dos Contadores de São Paulo, que de certa maneira, competia com o IPC. A fusão foi fruto do trabalho dos líderes da época e da constatação de que a existência de duas entidades concorrentes enfraquecia a representação profissional, que é, em essência, o espírito do conagraçamento. Foram os Sindicatos de São Paulo e o do Rio de Janeiro que promoveram o movimento para o reconhecimento da profissão de contador.

Em 1947, pela liderança do Professor Joaquim Monteiro de Carvalho, dentro do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, começaram as discussões para a criação da Associação Profissional das Empresas de Serviços Contábeis de São Paulo. Esse movimento não foi bem recebido pelos próceres da profissão, que temiam uma divisão da classe e um enfraquecimento do Sindicato. Estavam temerosos de que se repetisse a divisão que houve quando da criação do Sindicato dos Contadores de São Paulo, movimento que atrapalhou o desenvolvimento da profissão naquela época.

Uma vez que o interesse de criação de uma nova entidade fosse o de somar os esforços aos do então sindicato, Joaquim tentou fazer ver àquelas lideranças que havia interesses específicos e

legítimos de firmas de contabilidade que a nova entidade trataria de cuidar, mas que não conflitariam com a elevada agenda do Sindicato. De fato, enquanto o Sindicato dos Contabilistas congregava os profissionais pessoas físicas, a Associação de Empresas reuniria as pessoas jurídicas. Não era intenção daqueles líderes deixarem o Sindicato. Ao contrário, queriam dele participar como até então o faziam. As justificativas não encontraram acolhida e o rompimento foi instalado. Os líderes do movimento pró Associação das Empresas não eram mais considerados para a composição das diretorias do Sindicato e logo passaram a concorrer em chapas de oposição.

É de se destacar que, apesar das eleições serem disputadas, as vezes com até três chapas, a chapa dos líderes do Sindicato (atual Grupo Verde), vencia todos os pleitos com boa margem de vantagem.

Para se ter uma ideia das dificuldades para se realizar uma eleição no Sindicato naquela época, destacamos que a legislação então vigente, que subordinava os Sindicatos ao Ministério do Trabalho, estabelecia quórum de maioria absoluta (50% dos associados mais um) para ser considerada válida uma eleição. A legislação estabelecia até 3 convocações, sendo que a última poderia se desenrolar em até 4 dias de eleições, tudo na tentativa de se garantir o quórum mínimo. O insucesso na obtenção do quórum levaria à intervenção ministerial do Sindicato, coisa que ninguém desejava.

Em tempos de voto presencial em cédulas de papel, era difícil a conquista do quórum e este, invariavelmente era conseguido no quarto dia da terceira convocação.

Isso gerava grande aflição aos dirigentes e candidatos, que se esforçavam para a conquista do número mínimo de associados votantes.

Nesse esforço, diretores e candidatos de todas as chapas travavam um corpo a corpo, ligando ou telegrafando para os associados e incentivando-os a irem votar. Claro pois, que partiam acusações dos dois lados (ou três) da disputa de que esses contatos não eram para trazer os associados para as urnas, mas sim, para cabalar votos.

O primeiro acordo

Em 1961, em discussões entre Emilio Bacchi, pela situação¹ e Arthur Magalhães Andrade, pela oposição, houve um entendimento para comporem uma única chapa. Os dois Grupos incluíam, pela situação, liderados por Emílio Bacchi: Hilário Franco, Luís Fernando Mussolini, Aimoni João Maioli, Haroldo Cruz Hirth, José Foresti, Modesto Scagliusi e Benedito Garcia Hilário. E pela oposição, liderados por Arthur Magalhães Andrade: João Gondim Sobrinho, José Rojo Alonso, Annibal de Freitas, Francisco Rodrigues Dias, José Teixeira da Silva, Tikara Tanaami, e Álvaro José Nahun.

No primeiro acerto, o presidente seria da situação, Aimone João Maioli, e o vice-presidente seria da oposição, Arthur Magalhães Andrade. Ao final do mandato, o vice-presidente encabeçaria a chapa na eleição, concorrendo à presidência, com a situação indicando alguém para Vice-presidência. Em dezembro de 1962, essa Chapa denominada "Congraçamento e Unificação", venceu com 70% dos votos a segunda chapa apresentada naquelas eleições. Havia sido iniciado o acordo que uniria adversários.

Em 1964, quando chegou a sucessão, o até então Vice-presidente, Arthur Magalhães Andrade, que era da oposição encabeçou a chapa única, venceu a eleição e presidiu o Sindicato por dois anos, tendo como Vice Carolino Mesquita, que mais tarde, por motivo de saúde, se afastou, tendo assumido a vaga de Vice-presidente José Rojo Alonso, do mesmo grupo de Arthur. Ocorre que o pessoal da situação boicotou a gestão do Azul, primeiro não indicando nomes para comporem a chapa e segundo seus líderes, durante aquela gestão, não escreveram artigos para o Mensário, não prestigiaram os eventos e festas e não colaboram com outras ações da então gestão.

¹ Ainda não existiam os Grupos Verde e Azul. A situação acabou por se transformar em Grupo Verde e a oposição, que era formada pelo pessoal da Associação Profissional das Empresas de Serviços Contábeis, se transformou em Grupo Azul.

No final da gestão, em 1966, vários membros do Azul, insatisfeitos com o desprestígio demonstrado por integrantes do verde e julgando possuírem força, romperam o acordo e o Vice-presidente, José Rojo Alonso, acabou disputando em chapa própria, mas perdendo a eleição, vencendo o pleito a chapa liderada por Ernesto Marra. O acordo durou apenas cinco anos e foi terminado. Apenas na década de 1980 é que foi formalizado um novo entendimento entre os três Grupos da época, Verde, Azul e do Interior.

Mas foi justamente o rompimento do acordo que gerou o problema que deu início ao conceito de Chapa Verde e Chapa Azul.

Como era a sucessão do presidente Arthur Magalhães Andrade e a diretoria era composta por elementos do Azul, aquela chapa seria de “situação” e os “Cardeais” do Sindicato seriam, na prática “oposição”. Percebendo isso, o Luiz Fernando Mussolini, que era um dos Cardeais, alterou as regras e as chapas passaram a ter nomes. Os líderes do Sindicato escolheram o nome Verde, com claras alusões futebolísticas, deixando a turma da Associação das empresas que escolhesse seu nome. Azul foi a cor escolhida pelo Grupo do Joaquim Monteiro de Carvalho, à época liderado por Arthur Magalhães Andrade. A partir daí, as disputas passaram a ser por chapas coloridas, com a vantagem para o eleitor de identificar seu grupo de preferência. As chapas ficaram definitivamente ligadas aos grupos de pessoas que as compunham e mais tarde se transformaram em Grupos Políticos.

Para se ter uma ideia do embate político que existia, reproduz-se aqui, trecho do discurso de posse de Ernesto Marra, em janeiro de 1967, depois da disputa em que a Chapa Verde venceu a Chapa Azul, que havia rompido o acordo pioneiro.

Através de uma disputa eleitoral empolgante, fui guindado à presidência deste nosso grande Sindicato. (...) Foi uma vitória líquida, cuja significação transcende a mera comparação dos números. Não foi apenas o fato dos dois terços dos votantes terem optado pela “chapa-verde”, mas sim aquele maior de terem determinado a volta à diretoria da sua entidade daquela “Velha-Guarda” tradicional e invicta a quem se deve a grandeza do nosso Instituto. À meia voz insinuava-se que estaríamos já cansados, acomodados, indiferentes, vivendo das glórias passadas. Dizia-se que não teríamos mais vontade, nem condições para enfrentar uma batalha eleitoral. Chamam-nos, alguns depreciativamente, outros carinhosamente, de “senadores”, “pais-da-pátria”, homens realizados, cuja maior preocupação seria o menu dietético e a circunferência da cintura.

Esta aguerrida “velha-guarda”, porém, provou que não perdeu nada de seu “elan” tradicional, que continua em forma perfeita e melhorada (...)

(...) não abdicaremos da liderança política e administrativa que vimos mantendo e sustentando há anos, liderança essa conquistada através de lutas, através de realizações, através do trabalho desinteressado, sempre servindo a entidade e – nunca jamais – servindo-nos dela.

(...) quando falo no plural, refiro-me sempre à ala que represento (...) e que nesta fase se cristalizou e se congregou na “-verde” – desejo confessar, repito, que não desejávamos, realmente, esta última e acirrada luta eleitoral. Conseguimos evita-la nas duas eleições anteriores e, estávamos certos, que seria desnecessária também agora (...)

Mas, dizia, desejávamos evitar essa disputa, porque entendíamos que dela não decorreria nada construtivo, muito pelo contrário. Desejávamos evitar – e temíamos – o acirramento, a volta de velhos recalques, descontentamentos, acusações. Tínhamos conseguido isso e desejávamos continuar com esse esquema. É bom que se diga que o esquema do acordo foi firmado e conduzido com o mesmo grupo que foi nosso opositor nas últimas eleições.

Era, principalmente com esses que desejávamos congraçar, somar para não dividir – porque reconhecíamos e ainda reconhecemos nos seus componentes qualidades positivas de combatividade e liderança. Não víamos então, como ainda não vemos agora porque não aglutinar e aproveitar em benefício do Sindicato, o valor desses elementos que, de outra forma, se marginizavam (*sic*) em consequência das derrotas nas urnas.²

² Discurso de posse de Ernesto Marra como presidente do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo. Mensário do Contabilista – janeiro de 1967.

Interessante destacar, que nessa fase de desentendimento, enquanto o Verde vencia todas as eleições no Sindicato dos Contabilistas, o Azul vencia as eleições para o Conselho Regional de Contabilidade. Se o Sindicato era dirigido pelo Verde, o CRC de São Paulo era dirigido pelo Azul, além da Associação das Empresas.

Para destacar o grau de aglutinação do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo naqueles tempos de pioneirismo, todos os importantes movimentos lá aconteceram e liderados por seus associados. A começar pelo movimento pelo reconhecimento da profissão e pela criação dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, culminando com a criação do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo em 1946. Mas também a criação da Associação das Empresas de Contabilidade em 1947, da Associação dos Peritos em 1956, do ICPB em 1957 e a fusão do ICPB com o IBAI, criando-se o IAIB, em 1971. Todas essas iniciativas foram gestadas, organizadas e realizadas por Associados e nos salões do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo. Mesmo a fundação do Centro de Profissionais de Escritórios Contábeis de Santo André e São Bernardo do Campo foi gestada no Sindicato dos Contabilistas de São Paulo em 1952.

Na disputa pelos votos o debate era intenso e apaixonado, com acusações de ambos os lados. Certa vez, alguém do Verde acusou o pessoal do Azul de “moleques”. Naquela campanha, os candidatos do Azul, prepararam, com arame e elásticos de borracha, pequenos estilingues (coisa de moleques) e os colocaram em suas lapelas, em resposta à acusação indevida.

Importante destacar que, ao contrário de hoje, no início não eram Grupos, mas sim pessoas que lideravam as entidades de maneira informal, basicamente os líderes, que aglutinavam e identificavam aqueles associados que militavam nas entidades e que poderiam contribuir em diretorias e na presidência. As pessoas não estavam formalmente vinculadas a algum Grupo. Elas, por sua participação e interesse acabavam convidadas pelas lideranças e compunham uma chapa. Nesse sentido, exceto pela liderança, os profissionais não eram realmente ligados aos Grupos, mas sim às entidades em que aquelas lideranças influenciavam.

2. A HISTÓRIA DE CADA GRUPO

Grupo Verde

É o Grupo que controlava o Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, cuja história está contada na introdução deste texto. Na época de sua criação, o Grupo Verde era formado por:

- Iris Miguel Rotundo;
- Emílio Bacchi;
- Luiz da Costa Boucinhas;
- Hilário Franco;
- Luiz Fernando Mussolini, entre outros.

Grupo Azul

Como já dito, nasce em 1949 das ações de empresários da contabilidade, que buscaram a criação da Associação Profissional das Empresas de Serviços Contábeis de São Paulo, com alcance estadual.

O Grupo, que começou pequeno, agregou diversos profissionais por todo o Estado de São Paulo, por meio de viagens e encontros em que o grupo crescia.

Liderados por Joaquim Monteiro de Carvalho, o grupo original era composto por:

- Mario Franzolim
- Mário Scaffi
- Erse Basani
- Vicente Mussumecchi
- Arthur Magalhães Andrade
- João Gondim Sobrinho
- Odilon Cunha Lima
- Francisco Afonso de Campos
- Francisco Gianotti
- Mario Paulelli
- Francisco De Lucca Netto
- Shiro Yamamoto

Em 1964, depois de longa batalha, a Associação foi transformada em Sindicato das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo, hoje Sescon SP.

Grupo do Interior

O Grupo do Interior tem sua semente plantada em 1952, de geração espontânea, com a fundação do Centro de Profissionais de Escritórios Contábeis de Santo André e São Bernardo do Campo, pelo profissional Zoilo de Souza Assis. Tal qual na fundação da Associação das Empresas, houve resistência da liderança do Sindicato, mas desta vez as reclamações foram menores, pois todos perceberam que o Sindicato, mesmo depois da fundação da Associação de Escritórios, continuava prestigiado e mantinha o status de maior entidade da classe contábil de São Paulo. De fato, o Zoilo e seus colegas, frequentavam tanto o sindicato, quanto a Associação de Empresas, da qual seu escritório era associado e, evidentemente, atuava na nova entidade de Santo André.

Mas em 1982, por ocasião da Convenção Nacional dos Contabilistas, no Pará, Zoilo se reuniu com alguns colegas associados do Sindicato das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo, hoje Sescon, e que atuavam no interior de São Paulo e discutiram a criação de um novo Grupo político para poderem influenciar politicamente no CRC SP e na Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo. No voo de volta a São Paulo, trocando ideias com o Osmar Fernandes, do Grupo Verde, foi por este incentivado a prosseguir. Aquela semente de 1952, acabou por germinar 30 anos depois.

O Grupo, liderado pelo Zoilo de Souza Assis, era composto por:

- Ronald Monteiro;
- Ari de Oliveira Santos
- Orival da Cruz;
- Antonio Mantovani;
- Alceu Pereira;
- Mauro Manoel Nóbrega;
- Alcides Rolim;
- José Roberto Pereira Rios.

Em outubro daquele ano de 1982, em Campinas, realizou-se a Assembleia que constituiu o Grupo do Interior, com a presença, além dos idealizadores, dos seguintes profissionais, todos considerados fundadores:

- Antonio Carlos Jeremias
- Celestino Boschiero
- Orlando Bonifácio Martins Antonio
- Dorival da Rocha Mello
- José Cardoso da Silva
- Júlio Simões

- Antonio Jonas
- Antonio Gonzales
- José Antonio Frealdo Júnior
- Carlos José Tozzi
- Geraldo de Nardi
- Antonio Mendes de Barros Filho
- Nilton de Paiva Loureiro
- Antonio Magro
- Antonio Carlos Coppede
- Hermínio de Oliveira
- Mariano Amádio
- Valdir Lopes Martin

Grupo Branco

O Grupo surge da percepção de que as normas de contabilidade e auditoria editadas pelo Ibracon, apesar de modernas e mais completas, não tinham respaldo legal para sua adoção plena. A liderança do Ibracon constatou que um caminho adequado era tentar influenciar na qualidade por meio do CRC SP e do CFC, e essa influência seria mais eficaz pela participação ativa naquelas entidades.

Para atingir esse objetivo, inicialmente, alguns Diretores do Ibracon entraram no Grupo Verde de modo a levar a discussão de edição de normas Técnicas ao CRC e, por lá, poder influir no CFC. Esse modelo começou a apresentar problemas, pois o Grupo Verde possuía uma agenda diferente.

Em 1991, os colegas Luiz Carlos Vaini, Elso Raimondi, Irineu De Mula, Taiki Hirashima e Antonio Carlos Martins idealizaram a criação de um novo Grupo político, o Grupo Branco.

E em 31 de agosto daquele ano, foi realizada a reunião que fundou o Grupo Branco, com a presença, além dos idealizadores, dos seguintes profissionais, em ordem alfabética, todos considerados fundadores do GB:

- Armando Andrade;
- Cláudio Avelino Mac-Knight Filippi;
- Guy Almeida Andrade;
- HÉlvio de Oliveira;
- José Aparecido Maion;
- Mário José Antunes;
- Ronaldo Raymundo Saunier Martins;
- Valder Luiz Palombo Alberto; e
- Vinício Martins Presti.

A criação do Grupo teve como objetivo levar as normas editadas pelo Ibracon para uma entidade com maior força, de modo a fazer aquelas normas, mais modernas, serem efetivamente adotadas no Brasil.

A intenção inicial era de apenas participar, além de no Ibracon, no CRC e no CFC. Outros episódios levaram o Grupo a participar das demais entidades.

Firmou-se como sendo um Grupo que representa

- Auditores Independentes
- Auditores Internos
- Professores
- Peritos Judiciais

Seguindo em Frente

Nos anos 1990, novo conflito surgiu quando o Grupo do Interior quis mais espaço no Sescon. Esse conflito levou a várias negociações entre os quatro Grupos, acordando-se, no final, que o Interior teria mais assentos no Sescon e na Aescon na medida em que crescesse o número de empresas de contabilidade do interior de São Paulo associadas ao Sescon SP.

Nesse novo acordo, os Grupos também reconheceram que cada um tinha influência em alguma entidade, sendo o Sindcont controlado pelo Verde, o Sescon e a Aescon controlados pelo Azul, os sindicatos e associações do interior controlados pelo Grupo do Interior e o Ibracon controlado pelo Branco. A partir daí, para a composição das diretorias de cada entidade, o Grupo que a controlava gentilmente abriria uma cadeira na diretoria para os indicados dos demais grupos, desde que associados àquela entidade e interessados na agenda da entidade.

O Conselho Regional de Contabilidade é a entidade de interesse de todos os Grupos, como também a Federação dos Contabilistas. Pelo ajuste no Acordo, nessas duas entidades os Grupos passaram a ter o mesmo número de assentos e as presidem de maneira alternada. No Conselho Federal de Contabilidade, onde não há rodízio de representantes, continuou a ter as indicações de efetivo e suplente, a cada quatro anos, negociadas entre os Grupos, com base na filosofia da melhor pessoa para a função e nos interesses de São Paulo.

O acerto sobre o espaço do Grupo do Interior no Sescon foi revisto anos depois, em razão de uma crise pelo controle da Fenacon, que levou a uma mudança na estratégia daquela entidade paulista.

Em 2003, depois de várias discussões, os Grupos editaram o Regulamento para Atuação Conjunta dos Grupos Políticos da Classe Contábil Paulista, que tem regido os acordos e ações conjuntas dos Grupos. Esse Regulamento é revisado periodicamente para se atualizar de acordo com a evolução do tempo e as mudanças no ambiente político da profissão.

Como relatado, cada Grupo tem uma esfera de atuação, mas visam a bem administrar as entidades da profissão em São Paulo. Há um genuíno esforço de somar as agendas de cada Grupo em prol da profissão e dos interesses de São Paulo.

Hoje, cada Grupo mantém o cadastro de seus membros e buscam indicar para o trabalho voluntário nas entidades as pessoas que comungam das visões atuais de cada Grupo. Essas visões compartilhadas e debatidas, tornam-se a visão da profissão no Estado de São Paulo.

3. ACORDO DOS GRUPOS POLÍTICOS

Como exposto, nesses anos todos houve três momentos cruciais de alinhamento de visões que geraram Acordos entre os “grupos”. O primeiro, em 1961, que culminou com as presidências alternadas no Sindicato dos Contabilistas, mas que foi abandonado depois de 4 anos. Depois dessa experiência, o Grupo Azul tentou por várias vezes novo acordo, mas as conversas não prosperaram, até que, em 1973, durante a realização do IX Congresso Brasileiro de Contabilidade, em Salvador, na Bahia, representantes dos grupos Verde e Azul, firmaram protocolo para regular a participação conjunta nas eleições no CRC SP, Federação dos Contabilistas e Sindicato dos Contabilistas³³. O acordo estabeleceu a alternância entre os grupos das presidências e outros cargos nas diretorias ou estrutura das entidades.

Nos anos 1980, já com o Grupo do Interior participando, foram realizadas conversas que deram luz ao Acordo definitivo e que prospera até hoje, com algumas alterações. Nessa ocasião, ainda que o clima fosse de boa vontade, após acordados todos os pontos, redigiu-se um termo que selava o acordo e cada representante dos Grupos assinou o termo. Quando chegou a vez do Antonio Luiz

³³ Esse protocolo está na posse do colega Sérgio Prado de Melo, que nos franqueou cópia para completar esta história.

Sarno assinar pelo Verde, ele pegou o texto e disse que iria leva-lo para aprovação do Luiz Fernando Mussolini e do Hilário Franco, Cardeais do Verde. Nesse momento, o Ronald Monteiro, do Interior, tirou o Acordo das mãos do Sarno e o rasgou, injuriado, pois os líderes do Verde não tinham autoridade para fazer qualquer acordo. Foi preciso muita conversa, muita boa vontade e muito convencimento para se redigir novamente aquele texto, que terminou finalmente assinado.

Também já está descrito como se conseguiu salvar o Congraçamento nos anos 1990, por disputas entre o Azul e o Interior na direção do Sescon e que culminou com o arranjo atual, que está expresso no Regulamento do Congraçamento.

Os Grupos Políticos da Classe Contábil Paulista se estruturam de acordo com suas conveniências e suas bandeiras, sem interferência ou ingerência de um Grupo sobre o outro.

Enquanto as Entidades agem de acordo com suas regras, papel institucional e legal, a atuação dos Grupos é majoritariamente “conjunta”. Enquanto congraçados, nenhum Grupo toma atitudes individuais ou age sozinho em nome de todos. Os Grupos buscam um trabalho político de apoio às Entidades Congraçadas e dá toda orientação política decorrente do congraçamento. Fora suas atribuições institucionais ou legais, as Entidades Congraçadas devem seguir o que os Grupos, em conjunto, determinam.

As articulações com outras lideranças políticas, regionais ou nacionais, são entabuladas em conjunto pelos coordenadores de cada Grupo.

Nenhum participante está autorizado a falar em nome dos Grupos sem prévia delegação formal para tal. Sempre que concedida, o interlocutor deverá tratar do assunto previamente discutido e seguindo orientação dos Grupos.

Em sua atuação conjunta compete aos Grupos debaterem os problemas contemporâneos da profissão e buscar o entendimento entre os diversos participantes, visando ao entendimento geral. Os Grupos não interferem no rumo das entidades, exceto pela nomeação das chapas que disputarão as diferentes eleições, e nas linhas gerais do pensamento político de São Paulo. Mas os membros de cada Grupo seguem o espírito da orientação de seu Grupo.

O Congraçamento tem dois princípios basilares:

1. Fortalecer a profissão por meio do trabalho conjunto das diferentes entidades que promovem interesses específicos dos contabilistas.
2. Promover a integração entre as entidades da profissão, evitando conflitos e incentivando a colaboração e ações conjuntas; e
3. Organizar a disputa pela liderança das entidades de interesse geral:
 - CRC-SP;
 - Fecontesp; e
 - CFC.

4. ACORDO DAS ENTIDADES CONGRAÇADAS

Representante das Entidades Congraçadas

Esse acordo também deu origem, nos eventos das entidades congraçadas, ao representante das Entidades Congraçadas.

Por esse instrumento, um presidente de Entidade Congraçada fala no evento em nome das demais Entidades Congraçadas, com o propósito único de se reduzir o número de discursos. Essa fala deve saudar, em nome de todas as entidades, o evento do anfitrião.

Reunião de Presidentes e Vice-presidentes

Outra prática que se adotou foi a das reuniões periódicas das Entidades Congraçadas, para alinhar projetos, aparar arestas, evitar-se conflitos e ajustar datas de eventos.

Devem participar dessas reuniões, apenas os Presidentes e os Vice-presidentes das Entidades Congraçadas.

Outras pessoas podem ser convidadas para tratar de algum assunto específico das Entidades Congraçadas, mas participam apenas daquele trecho da reunião.

A admissão de qualquer outra entidade nesse fórum é de competência dos Grupos Políticos, vedado aos Presidentes e Vice-presidentes convidar qualquer entidade para integrar o fórum sem a prévia aprovação dos Grupos Políticos.

5. REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES CONGRAÇADAS

SINDCONTSP – Zona de influência do Grupo Verde

SESCON/AESCON – Zona de Influência do Grupo Azul

IBRACON SP (5ª Seção Regional) – Zona de influência do Grupo Branco

Sindicatos e Associações não sediados na Capital do Estado de São Paulo – Zona de influência do Grupo do Interior

CRC SP e FECONTESP: Participação igualitária e presidência por rodízio entre os Grupos

CFC: A indicação para o cargo de Conselheiro do CFC, efetivo e suplente, compete aos Grupos e é feita por consenso.

APEJESP: Livre

ACADEMIA PAULISTA DE CONTABILIDADE: Por não ser uma entidade associativa, não tem representação classista e não está sob influência de nenhum dos Grupos.

Sindcont SP

O Sindicato dos Contabilistas de São Paulo tem sua origem na fundação do Instituto Paulista de Contabilidade (IPC), no dia 19 de julho de 1919, quando um grupo de onze jovens recém-formados se reuniu para lutar pelos direitos da classe contábil. Devido ao sucesso da iniciativa, seis meses depois o IPC já contava com 151 associados, absorvendo o Grêmio dos Guarda-Livros de São Paulo. Após intensa campanha para o reconhecimento da atividade como profissão, no ano de 1926, o senador João Lira (RN), que trabalhava em prol da causa e em jantar oferecido pela classe ao Senador, rendeu uma homenagem a toda classe, instituindo o dia 25 de abril como o Dia do Contabilista.

Em 1927, o eminente contabilista Francisco D'Áuria, o primeiro presidente do IPC, elaborou o "Registro Geral de Contabilistas do Brasil" (profissão regulamentada), com o propósito de selecionar os profissionais aptos para desempenhar as funções de contador, de acordo com os títulos de habilitação. As duas primeiras grandes conquistas de uma série que viria mais à frente, ocorridas

em 1930, foram a regulamentação do ensino comercial e da profissão do contabilista e a instituição do registro obrigatório dos guarda-livros e dos contadores na Superintendência do Ensino Comercial. No ano seguinte, um decreto estabeleceu condições e prazos para o registro desses práticos e a partir de então, a profissão contábil esteve indissolúvelmente ligada à preparação escolar.

Em 1932, um grupo de dissidentes do IPC fundou o Sindicato dos Contadores de São Paulo, passando a classe a ter dois sindicatos atuando com a mesma finalidade. Com a Lei de Sindicalização, aprovada no ano de 1940, o IPC e o Sindicato dos Contadores de São Paulo realizaram uma Assembleia Geral, que resultou na unificação das duas entidades, deliberando o enquadramento sindical, recomposição da diretoria, aprovação dos estatutos e constituição do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo que representa todas as pessoas físicas do ramo de Contabilidade na Capital e na grande São Paulo.

CFC e CRCs

Em 1943, o ensino comercial e a regulamentação profissional foram complementados e consolidados pelo Decreto-Lei nº 6.141 e, em 1945, pelo Decreto nº 7.938, consolidou-se o ensino técnico em grau superior em Contabilidade. Este decreto foi bastante aplaudido pelas lideranças contábeis da época, que multiplicaram suas gestões junto aos poderes públicos para a criação de um órgão semelhante ao Conselho Regional de Engenharia e à Ordem dos Advogados do Brasil, as duas profissões de nível universitário até então regulamentadas no Brasil. Em 1946 foi criado o Conselho Federal de Contabilidade, com duas categorias: Contadores (graduados em Ciências Contábeis) e Técnicos em Contabilidade (formado em escolas técnicas comerciais). Os guarda-livros (sem escolaridade formal) foram reconhecidos como Técnicos em Contabilidade em 1.958. A extinção de registro profissional dos técnicos em contabilidade se caracterizou a partir da lei 12.249/10, que alterou o decreto lei 9.295/46, definindo a partir de 1º de junho de 2015 formação acadêmica em Ciências Contábeis, obrigatoriamente, para adquirir o registro profissional perante os Conselhos Regionais de Contabilidade.

Criado e regido por legislação específica, o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, o CFC possui um representante de cada estado e mais o Distrito Federal, no total de 27 conselheiros efetivos e igual número de suplentes, e tem, dentre outras finalidades, nos termos da legislação em vigor, principalmente a de orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs); decidir, em última instância (Tribunal), os recursos de penalidade imposta pelos CRCs; regular acerca dos princípios contábeis, do Exame de Suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada; e editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

O CRCSP possui 36 Conselheiros efetivos e igual número de suplentes, eleitos para mandatos de 4 anos, tendo eleições a cada 2 anos, renovando 1/3 de seu Plenário e 2/3 na seguinte.

Fecontesp

O SindcontSP liderou os trâmites para a criação da Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo (FECONTESP) em 27 de fevereiro de 1948, pelos Sindicatos dos Contabilistas de São Paulo, Santos, Ribeirão Preto, Sorocaba e Campinas. Atualmente conta com 20 Sindicatos em sua base.

A FECONTESP é um órgão sindical constituído para fins de reunião dos Sindicatos representativos da Profissão Contábil em nível regional, bem como dos Contabilistas localizados nas regiões não abrangidas pela territorialidade da base sindical de sua categoria. Seu principal propósito hoje é representar os direitos e os interesses gerais dos Contabilistas do Estado de São Paulo, através do pleito dos seus Filiados, perante as autoridades administrativas e judiciárias, em todas as esferas de poder – Executivo, Legislativo e Judiciário – e frente às entidades representativas da população.

Sescon-SP e Aescon-SP

O Sescon-SP nasceu no dia 12 de janeiro de 1949, com a denominação de Associação Profissional das Empresas de Serviços Contábeis de São Paulo, após intensa e vitoriosa campanha por todo Estado de São Paulo em contato com os empresários da contabilidade. Outro marco importante foi o processo de transformação do Sescon-SP em uma entidade sindical. Na década de 60, foi alterada a base territorial e o âmbito de representação, sendo incluídas também as empresas de assessoramento, perícias e pesquisas no Estado de São Paulo. O reconhecimento pelo Ministério do Trabalho ocorreu em 4 de novembro de 1964, com a expedição da respectiva Carta Sindical com a denominação de Sindicato das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo, representando a respectiva categoria econômica do 3º Grupo – Agentes Autônomos do Comércio – do Plano da Confederação Nacional do Comércio. Já em 1987, a entidade recebeu a nomeação de Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo.

Esse movimento pioneiro gerou uma forte entidade de representação dos interesses profissionais dos escritórios de contabilidade, ajudando a fortalecer a atividade e a propagar as boas práticas e bons exemplos dos pioneiros. A fundação da Associação foi inspiradora para outros movimentos semelhantes em São Paulo e no Brasil.

Apejesp

A Associação dos Peritos Judiciais do Estado de São Paulo (APEJESP) é a principal entidade representativa da atividade no estado. Fundada em 30 de agosto de 1957, na cidade de São Paulo, é uma associação sem fins lucrativos que tem o compromisso de fortalecer a atividade de perícias e suas relações com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento dos profissionais que atuam na área.

O objetivo da Associação é representar seus associados em todas as esferas do governo – Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e entidades representativas da sociedade, para o aperfeiçoamento do sistema normativo relativo à perícia e a melhoria contínua dos serviços prestados pelos peritos.

Atualmente, a APEJESP congrega peritos das áreas de humanas, exatas e biológicas, mas seu Presidente é sempre um Contador. Possui relacionamento direto com o Poder Judiciário; os dados dos associados, por área de atuação, são disponibilizados com link no site do TRT2 www.trtsp.jus.br.

Ibracon

A história do Ibracon se iniciou em 13 de dezembro de 1971, com a criação do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IAIB) - 1971, que nasceu da união do Instituto dos Contadores Públicos do Brasil (ICPB) que havia sido fundado em 1957 e do Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (IBAI), fundado em 1968.

Entre diversas transformações desafiadoras daquela época, destaca-se a contribuição do Ibracon para a reorganização do mercado de capitais brasileiro, após a quebra da Bolsa de Valores em São Paulo e Rio de Janeiro, que aconteceu na década de 1970. Dessa forma, a criação do Instituto foi fundamental para a reconstrução econômica do país, já que nesse mesmo período a auditoria independente passou a ser obrigatória para empresas de capital aberto e um conjunto de práticas contábeis uniformes passou a ser adotado no país.

De fato, a trajetória do Ibracon, que foi o primeiro a organizar e estabelecer uma estrutura contábil para o Brasil, segue entrelaçada com a história da auditoria independente, com o reconhecimento e a credibilidade como marcas da sua biografia:

- Em 1972, o Ibracon ganhou força ao contribuir para que o Banco Central realizasse a emissão da Circular 327, que tornou obrigatória a auditoria nas instituições financeiras;

- Discutiu a reforma da Lei das Sociedades por Ações com a emissão de um relatório com sugestões ao Banco Central, sendo protagonista por sua aprovação em 1976;
- Ainda em 1976, o Ibracon seguiu com um papel central na formulação de normas e princípios contábeis devido à criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- Fortaleceu o desenvolvimento da contabilidade e o processo de convergência de normas internacionais em todos os seus estágios, fazendo presença na Federação Internacional dos Contadores (IFAC, na sigla em inglês) desde 1977.

Academia Paulista de Contabilidade

Fundada originalmente em 1953, pelo professor Francisco D'Áuria, juntamente com outros renomados contabilistas da época. Foi a segunda instituição do gênero criada no Brasil, sendo antecedida apenas pela Academia Mineira de Ciências Contábeis, instituída em 1950.

A academia, todavia, deixou de funcionar e, em 2011, por iniciativa do contador Domingos Orestes Chiomento, apoiado por outros contabilistas, a Academia de São Paulo foi recriada, tendo Irineu De Mula como presidente nas duas primeiras gestões, quando foi empossada grande parte dos Acadêmicos que compõem as 50 Cadeiras da APC. Posteriormente, aumentou-se o quadro para 70 Cadeiras.

A Academia Paulista de Contabilidade tem por finalidade a valorização educacional e cultural, a imagem, desenvolvimento e estímulo ao conhecimento filosófico, científico e tecnológico das Ciências Contábeis.

6. CONCLUSÃO

É inegável que os líderes de ontem criaram entidades fortes e aglutinadoras, que lutaram os combates da época, desde o reconhecimento da profissão, a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, passando por sua regulamentação e normatização. Aqueles homens e mulheres, abriram os caminhos que as gerações seguintes trilharam com igual desenvoltura.

Atualmente a profissão enfrenta outros desafios, que requerem entidades fortalecidas e modernas, lideradas por profissionais sérios e competentes, conhecedores do seu tempo. As entidades já não são mais as mesmas, seus papéis foram ou precisam ser revisados. O mundo de hoje pode estar a requerer outras ações, outras bandeiras. Cabe aos atuais líderes estudarem o horizonte, enxergar o futuro e ajustar suas velas para o que vem pela frente.

São Paulo, 24 de julho de 2024.

* Guy Almeida Andrade é contador, com atuação em auditoria independente. Foi conselheiro do CRC-SP e vice presidente daquela entidade, foi diretor da 5ª Seção Regional do Ibracon e presidiu aquela regional. Foi da Diretoria Nacional do Ibracon, tendo presidido aquela entidade. Foi membro do conselho de Administração do Ibracon e presidiu aquele órgão. No Sindicont SP, foi membro do Conselho Consultivo. Atuou em algumas Comissões do Conselho Federal de Contabilidade. Foi membro do Board da Federação Internacional de Contadores (IFAC), integrando, também, seu Comitê de Auditoria, terminando por coordenar aquele Comitê. Foi ainda, naquela entidade, membro do Comitê de Nomeações por duas ocasiões. É membro do Comitê de Nomeações dos Standards Setters Boards (IAASB e IESBA) do Public Interest Oversight Board (PIOB). Participou da Coordenação do Grupo Branco ininterruptamente por 30 anos.